

2. Favela e Cidadania: novas relações em construção

No presente capítulo serão abordados os conceitos centrais sobre Favela, cidadania e as discussões sobre os desafios de pensar as políticas públicas dentro dos limites de uma estrutura social fortemente marcada pela desigualdade, pré-conceito e discriminação racial, como é o caso da realidade brasileira. Em um primeiro movimento se discute o conceito de Favela e, em seguida de cidadania, qual cidadania?

A partir dessas questões, buscamos pensar as relações possíveis dentro dos horizontes de uma democratização mais radical da sociedade brasileira. O que se faz necessária no atual contexto do início do século XXI, fortemente marcado por desafios de uma encruzilhada entre sociedades que lutam por maior igualdade e justiça social e outras que se encaminham para a barbárie social.

2.1. Mas, afinal: de que favela estamos falando? Transformações físicas e sociais da primeira década do século XXI.

Para o Censo do IBGE de 1957, favela é todo agrupamento predial ou residencial, formado por unidades de número geralmente superior a 50, em área que predominam casebres ou barracões de aspecto rústico típico, constituídos com os mais diversos materiais, destituídos em sua maioria de melhoramentos públicos, tais como de rede sanitária, luz, água encanada e telefone. Para o IBGE, este espaço é habitado pessoas que se instalaram em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida, em áreas não urbanizadas.

O sentido pejorativo produzido no passado permaneceu no presente, mesmo nos documentos públicos mais recentes, a exemplo disto, o artigo 147 do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro (1992) faz menção à favela de forma similar as primeiras produções cunhadas a mais de quatro décadas. Neste documento o poder público continua referindo-se aos espaços favelizados como uma área predominantemente habitacional ocupada por população de baixa renda,

apresentando precariedade de infra-estrutura e de serviços públicos, com vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular, com construções não licenciadas e em deformidade com os padrões legais.

O IBGE 2000 também apresenta a favela como aglomerados subnormais, de barracos ou cortiços, com no mínimo 51 casas, com características urbanísticas fora dos padrões, vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, com construções não regularizadas por órgãos públicos, em que há espaços ocupados ou tendo sido ocupados até um período recente, de forma desordenada e densa, terrenos de propriedade alheia. A precariedade de serviços públicos essenciais, na qual a maioria das casas não conta com redes oficiais de esgoto e de abastecimento de água e não são atendidas por iluminação domiciliar e a maioria de ocupantes das unidades habitacionais da área não possui título de propriedade ou documentação do imóvel em geral também é justificada por este órgão.

A definição de favela proposta pelo Instituto Pereira Passos – IPP (2000), órgão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, igualmente ao IBGE permanece centrada nas características físicas do lugar. Este define a favela como sendo uma área, predominantemente habitacional, caracterizada por ocupações de terra por população de baixa renda, com precariedade da infra-estrutura e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular, com construções não licenciadas e em desconformidade com os padrões legais.

Na atualidade, já existem favelas que contam com uma rede e ofertas variadas de serviços públicos, que não permite mais o seu enquadramento, no arquétipo da homogeneidade. São dados do próprio IBGE (2000) que comprovam que, algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro têm coleta de lixo que chega a ser melhor inclusive do que determinados municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Partindo de novos padrões, explica Silva (1996), os problemas das favelas se agravaram com as transformações urbanas ocorridas nas últimas décadas, pois, ficou ainda mais complexo definir uma favela, baseado no que lhe falta, dado que este termo abrange localidades tão distintas entre si. Para o autor, a superação dos problemas de infra-estrutura por aqueles aglomerados que tenham acessado os serviços públicos essenciais, já existentes em grande parte de outros bairros da

cidade, os moradores de favela permaneceram fortemente marcados pelos estigmas que carregam a mais de um século.

Ocorre que, a palavra favela, com a cristalização do discurso no universo semântico cotidiano, em diferentes contextos, aparece eivada de significados negativos. Logo, torna-se evidente que, a polarização fomentada por importantes pesquisas, estudos, trabalhos acadêmicos e as inúmeras transformações físicas realizadas pelo Estado, não foram suficientes para quebrar o paradigma no qual a favela é apresentada como sinônimo da pobreza, do crime e da violência, ficando sempre subentendido que tais fenômenos são característicos destes espaços.

Na compreensão de Campos (2005), mesmo na contemporaneidade, a favela está umbilicalmente ligada à questão do “risco”, as classes dominantes criaram em diferentes momentos um discurso que dá sustentação as suas práticas sócio-espaciais, baseando-se quase sempre nos ideários discriminatórios e segregacionistas. O certo destaca o autor, é que mesmo nos dias de hoje não temos uma definição oficial e, nem real, para o que seja favela, cada administrador público ou cada pesquisador procura adotar a melhor metodologia seguindo seu juízo de valor.

Já Piccolo (2003), ao refletir sobre as categorias, morro, rua, comunidade e favela, explica que na maioria das vezes, a idéia que se tem das favelas vai para além dos limites topográficos dos bairros em que elas estão situadas geograficamente. Na compreensão da autora, esses limites são socialmente construídos e as classificações e distinções são estabelecidas num jogo de poder entre os moradores do bairro e da favela.

A definição dos espaços populares pela negação tem sido um elemento recorrente desde a instituição dos primeiros espaços habitados pelas populações de baixa renda nas cidades brasileiras, conclui Perlman (1977). Diante da constatação, a autora vem produzindo uma série de informações, na qual procura identificar elementos capazes de invalidar o mito da marginalidade direcionado aos moradores de favela e de bairros pobres. Em seus levantamentos ela percebeu que, o rótulo de migrantes e desabrigados repelidos do meio rural, vagabundos, criminosos, parasitas, e várias outras denominações que depõem contra a integridade dos moradores de

favela, são empiricamente falsos, analiticamente equivocados e insidiosos em suas implicações políticas.

Perlman (1977) observou que, na cadeia dos sistemas de desigualdade e exclusão com os quais convivem cotidianamente, os moradores de favela são resultados de complexas teias de poder pelas quais grupos hegemônicos constroem e impõem linguagens, ideologias e crenças que implicam rejeição, marginalização ou silenciamento de tudo que lhes oponha. Este é um processo histórico de hierarquização segundo o qual, reforça a autora, uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita, definindo uma fronteira além da qual tudo é transgressão.

Na visão de Silva (2003), é a condição de moradia dos favelados que vem definindo a sua auto-imagem, a partir da qual eles irão atuar seja negando sua identidade, seja buscando “limpar” ou moralizar sua imagem perante a sociedade: “eu não sou bandido”, “sou trabalhador”, “sou pai de família”, etc. O fato é que, salienta o autor:

os moradores de favelas continuam a ser portadores de uma cidadania restrita, hierarquizada e fragmentada [...] a ‘vitória da favela’ ocorreu à custa da constituição de uma categoria social subalterna, cuja intervenção na cena pública, duramente conquistada, não mexeu no padrão de sociabilidade urbana, pouco alterando sua posição relativa na estratificação social e seu papel como força social (Silva, 2003).

Em outras palavras, as imagens das favelas ainda são produzidas e projetadas como espaços que se restringem à precária infra-estrutura, pobreza e uma imposta marginalização social. Sobre esta questão Gomes (2003) sublinhou que, quando relacionamos algo ou alguém à expressão “favelado” simbolizamos o desejo de associá-lo à idéia de pobreza, desorganização, feiúra, mau gosto ou má educação.

Em entrevista¹, alguns alunos do Núcleo do Pré-Vestibular Para Negros e Carentes, situado no Jacarezinho, negam qualquer relação com o *status* de favelados que lhes são atribuídos. Entendem que este termo sintetiza um conjunto de estereótipos direcionados à favela e aos seus moradores. Então, explicam,

¹ Pesquisa realizada com moradores da favela do Jacarezinho envolvidos na ação do Pré-Vestibular Para Negros e Carentes, de abril de 2003 a março de 2004.

Para mim favela é o nome que se é dado oficialmente e que todo mundo conhece de uma comunidade carente. Sendo que este é o meu conceito, eu acho que favela é uma comunidade carente (A., mulher).

Favela para mim é um amontoado de poucos recursos, que a gente tem ciência disso, que a maioria das pessoas que moram dentro da comunidade são pessoas de poucos recursos. Mas, de maioria trabalhadora e batalhadora (L., mulher).

Na favela estão as pessoas que vieram, geralmente, do nordeste e por serem nordestinos já têm uma discriminação a mais, são negras esfarrapadas esse é conceito de favela que as pessoas lá de fora têm... e, o conceito de favela que eu tenho, justamente por morar aqui é o oposto: são pessoas que vieram do nordeste pra batalhar o futuro aqui dentro porque, nos seus estados não tinha condições de sobrevivência, então, vieram tentar uma vida no Rio de Janeiro ou em São Paulo numa grande metrópole, chegando aqui elas não encontraram o que elas imaginavam... é uma boa casa o que elas vêem na televisão. Elas acabam se acoplando dentro de favelas e morando uma por cima das outras, criando seus filhos aqui muitos partem até para o mundo da criminalidade (G., mulher).

Observemos que os moradores da favela mencionados acima, ao verem sua imagem atrelada às mazelas do seu lugar de moradia reagem, mas nem sempre conseguem criar uma contra-imagem e ultrapassar os estigmas que recaíram sobre eles. Há uma reprodução do sentido negativo atribuído ao conceito de favela que para um grupo significativo destes moradores, o termo permanece representando tudo àquilo que rejeitamos pela falta de prosperidade, de elegância, de ordem, de beleza ou de polidez.

Para Brum (2004), apesar das inúmeras diferenças entre favelas e outras partes distintas de uma mesma favela, seus moradores adquiriram um status próprio: o de favelado. Neste caso, a identidade atribuída ao morador de favela está sendo considerada como uma categoria que tem a ver com a cultura, com a personalidade e, muitas vezes, ela será definida a partir de experiências de discriminação particular.

Diante do observado, a categoria “favelado” recebe outro uso semântica, ou seja, o termo “favelado” passa a representar um comportamento particular daquelas pessoas ou daqueles lugares “fora da ordem”, sem regras e sem lei. Dito de outra forma o termo vem impregnado de significados negativos; o correto talvez fosse substituí-lo por favelizado uma vez que este indica a existência de um processo

histórico externo que submeteu lugares, pessoas e grupos a situações de precariedades.

Para um número expressivo de nossos entrevistados,

o fato da pessoa morar em uma comunidade não quer dizer que ela seja favelada, favelado não é sinônimo de pessoa que mora em uma comunidade. Que as pessoas de comunidade... nós por exemplo, morávamos em uma comunidade e não somos favelados. Favela eu acredito que seja um local como se fosse uma... onde as pessoas mais desfavorecidas convivem, mas, o que difere no caso é a infraestrutura, não tem a mesma infraestrutura que tem em um bairro, têm as dificuldades com saneamento básico, as casas. Mas, as pessoas em si são pessoas conscientes, são pessoas educadas (...) não tem essa coisa de favelado, têm pessoas que moram em bairros que são favelados, têm pessoas que moram na favela e que não são faveladas. Favelado acredito que seja uma pessoa... esse conceito de favelado eu não concordo, as pessoas falam favelados como se fossem pessoas mal educadas e não uma pessoa que mora em uma comunidade... (M., mulher).

Está nítido que, a maneira pela qual o conceito de favela foi generalizado e disseminado produziu um discurso unificado que reforçou os contornos de uma linha imaginária que dividiu a cidade em duas esferas, a partir de critérios econômicos e sociais. As definições pautadas nas características físicas apresentadas têm sido utilizadas como referenciais para a elaboração de uma clara distinção onde, de um lado, estariam os cidadãos e, do outro, os grupos subalternizados (os negros, os nordestinos e outros) ², justificando assim, as formas diferenciadas de perceber e intervir nos espaços da cidade.

Preocupado em entender o processo de marginalização de moradores de áreas periféricas das grandes cidades Wacquant (2001) observou que o investimento na manutenção do abismo social e simbólico intransponível, entre a cidade e a favela, revela a face perversa do Estado e de outros diferentes grupos abastados que habitam a cidade. Para o autor, a demarcação de fronteiras aparece como uma das estratégias de combate, de confinamento e de controle, não apenas de moradores da favela que se revelem demasiadamente “desviantes ou perigosos”, mas, sobretudo, daqueles que

² Nos anos 20 e 30, as ideologias e ações sociais e estatais foram profundamente influenciadas pelo discurso ou projeto nacionalista e idéias eugênicas. A eugenia encontrava fundamentos ditos científicos para justificar sua prática excludente voltada para determinados grupos (negros, nordestinos, mulheres e outros).

são testemunhas vivas da existência de outras carreiras para os residentes nas favelas, além do tráfico de drogas.

Partícipe do grupo de pioneiros que pensou a cidade do Rio de Janeiro, João do Rio com sua obra (1899-1921) destacaram-se pela importância de seu trabalho para o registro da memória e a análise crítica da história de urbanização brasileira e o processo de favelização do Rio de Janeiro. Adotando um recorte racionalista, higienista, sanitaria além de João do Rio (1911) o engenheiro Backheuser; os jornalistas-observadores Costallat (1942); Luiz Edmundo (1938); Cruz (1941), o urbanista Frances Agache (1930), o médico Moura (1943) e algumas assistentes sociais Silva (1942) pensaram a favela, sua forma e a descreveram.

Para João do Rio (1911), assim como para os profissionais acima mencionados a favela se assemelhava à “roça, sertão, um espaço longe da cidade”. A dualidade favela-cidade tem aí o seu ponto de partida, informa Valadares (2000) após resgatar e sistematizar a memória de trabalhos literários produzidos sobre as favelas.

A idéia de cidade dicotômica aparece também na obra de Ventura (1994), Zaluar e Alvito (1999), Rocha (2000), Santos (2003). Em contato com esta literatura Rocha (2000) concluiu que a expressão cidade partida pode ter sido válida como denúncia quanto às desigualdades que marcaram a cidade do Rio de Janeiro, mas ela mais confundiu do que esclareceu.

Para Ventura (1994), desde a reforma Pereira Passos e passando pelo Plano Agache e Doxiadis³, a opção do Estado no que diz respeito à relação com a favela foi sempre a de separação. Na análise do autor, a modernização e a civilização da cidade ocorreram em concomitância à expulsão de seus cidadãos de segunda classe para os morros e periferias.

Como consequência da política de modernização, civilização e expulsão das áreas centrais temos a “cidade partida” que para juntá-la levaremos um tempo

³ Em 1960 após a transferência da Capital Federal para Brasília, o Rio de Janeiro perde muitas de suas principais funções ligada à administração pública. Para melhor adaptação as mudanças e viabilização de maior recebimento de recursos financeiros, a cidade foi transformada em Estado da Guanabara. No período crescia também a indústria automobilística e o carro passa a ser um bem acessível à grande parte da população. A cidade vê suas vias saturadas, tanto pelo aumento do número de veículos, como também pela concentração da população que passava a morar em prédios de apartamentos e a trabalhar em edifícios comerciais. Para planejar o crescimento da cidade dentro desta nova conjuntura foi realizado o Plano Doxiadis, que se preocupava mais com a funcionalidade e com as necessidades futuras da cidade.

inestimável. Para Ventura (1994), a política de urbanização foi um desastre tanto do ponto de vista moral e humanitário como no que se refere à ausência de eficácia, dando lógica e consistência ao seu principal produto o *Apartheid* social/racial.

Para Rocha (2000) há uma tênue fronteira geográfica existente entre as favelas, bairros populares e as outras áreas da cidade, mas, avalia ser mais importante valorizar os processos da “cidade cerzida” do que insistir na constatação de uma dicotomia favela/asfalto. Para o autor, esta dicotomia acaba justificando, em alguns momentos, ações que iriam além do cumprimento da lei pelo inimigo, reforçando a idéia da favela enquanto espaço de confinamento.

Na compreensão de Rocha (2000), a distância entre favela e asfalto caracteriza-se assim por uma linha simbólica quase intransponível,

de um lado a favela resistia, ainda que relativamente, a esses novos senhores, ao manterem em seu espaço social o aperfeiçoamento comunitário. Do outro, o asfalto, além de aperfeiçoar sua verticalização, tranca-se mais ainda em condomínios e resumindo-se muitas vezes à vida familiar acuada no apartamento, comandada pela televisão e pelos computadores (Rocha, 2000, p.89).

A marca negativa atribuída à favela levou determinados moradores a refletir e a manifestar-se a partir da negatividade direcionada ao seu lugar de moradia. Com as distinções, projeções e expectativas produzidas por diferentes grupos sociais, o morador de favela passou a representar no imaginário social urbano – e, principalmente, estatal – um símbolo que carrega consigo todo o mal atribuído aos limites impostos ao conceito de cidade. Nesta compreensão, o morador de favela, passa a ser tratado por parte representativa da sociedade, sobretudo, pelo poder público, por determinados meios midiáticos e pelas elites urbanas como uma “não-pessoa”, um sujeito inexistente e indigno de atenção do Estado.

Os moradores da favela vêem os símbolos culturais e os significados que lhes são imputados como descrições de categorias diretamente vinculadas à “identidade” de favelado; identidade assumida por eles mesmos ou atribuída por outros, com o propósito de diferenciá-los, e não de integrá-los ou igualá-los, no sentido de implicar o pertencimento a um grupo. O uso deste tipo de vínculo identitários é acionado

apenas para determinar sua in-exclusão por parte do grupo dominante, ou seja, tais “rótulos” têm de ser aplicados para que, em determinadas situações, seja possível explicar supostas diferenças sócio-culturais, no lugar de revelar, destacar e potencializar as qualidades.

Santos (2003) avalia que nas grandes cidades dos países periféricos, onde a valorização diferencial põe, lado a lado, meios mais ou menos equipados no qual vivem em proximidade geográfica populações muito diferentes social, econômica e culturalmente, acabam por se constituir espaços nos quais a sociabilidade oscila da cooperação ao conflito e vice-versa (op. cit., p.10).

Para Santos (2003), a distância entre o asfalto e a favela guarda semelhança com a estrutura fragmentada das metrópoles dos países periféricos, onde favelas, barricadas, vilas-misérias, entre outras denominações locais ou mesmo internacionais, tipificam espaços semelhantes quanto à infraestrutura precária e as condições de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Numa tentativa de recuperar a trajetória de uma urbanização tida como atípica, considerando que os gestores públicos se referenciavam nas cidades européias, importando⁴, inclusive, um modelo segregador de cidade, Zaluar e Alvito (1999), organizaram uma coletânea de artigos intitulada “Um século de favela”. Nesta obra, ambos os autores concluíram que, depois de transcorrido um século de expansão e transmutação, a favela poderia ser definida como o reflexo de uma integração periférica e contraditória, inerente à singularidade das hierarquias sociais prevalentes no país.

Para Zaluar e Alvito (1998), a existência da favela estaria umbilicalmente ligada à história da urbanização brasileira. Porém, ao defender tal posição, ambos deixaram de lado ou relegaram ao segundo plano, o componente mais importante: os moradores da favela. *Afinal, quem são eles?*

A migração “forçada” para os morros ou ainda para áreas distantes dos centros urbanos contribuiu para aumentar o fosso que separava os descendentes de ex-escravos dos antigos senhores, informa Silva (1997). Escravos, agora homens

⁴ Wacquant (2001) observa que, mesmo em países com realidades econômicas e culturais diferentes em relação as do Brasil, existem similaridades nos espaços que demonstraram ser modelo importados para moradia popular. Sobre esta problemática Lê também Saskia Sasse. Cidades Globais.

livres que, ao se deparar com as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, se instalaram nos morros segregados entre os espaços “nobres” da cidade que, desde a sua origem haviam sido reservados, cedidos e/ou ocupados pelas elites urbanas e por segmentos do pólo dominante da sociedade.

Além dos “desafortunados”, salienta Silva (1997), faziam parte dos primeiros moradores que vieram habitar as favelas do Rio de Janeiro, soldados negros que voltaram das guerras do Paraguai e de Canudos. Para o autor, o fato de terem sido soldados nestes dois conflitos não modificou em nada os estereótipos que carregavam esses homens, pois, as condições em que foram apresentados e inseridos na sociedade apenas os conduziram para um lugar social subjugado.

Wacquant (2001), ao estudar minuciosamente as mudanças institucionais ocorridas em espaços segregados das grandes metrópoles utilizou como ponto de partida o discurso público engendrado pelos governantes e seus efeitos na construção das representações sociais nos Estados Unidos, na França e no Brasil, explicou que,

o morador de espaços estigmatizados e segregados foi automaticamente inutilizado socialmente e inferiorizado moralmente, o que corresponde a uma consciência aguda de degradação simbólica associada ao confinamento num universo odiado e desprezado (Wacquant: 2001, p. 139).

Na percepção do autor, a favela e seus moradores teriam sido transformados por alguns setores da sociedade em um espaço desonrado, cuja simples menção seria suficiente para evocar imagens de drogas, violência e dissolução moral e social. Porém, ele adverte,

a realidade e a força do estigma territorial imposto aos espaços empobrecidos não deveriam ser subestimada, pois, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e no mercado de trabalho (Wacquant, 2001, p.32-33).

Para Wacquant, as áreas geralmente percebidas como “depósitos de pobres, anormais e desajustados”, foram evitadas pelos de fora e estigmatizadas pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos

políticos, o que certamente colaborou para o seu quase total abandono. Sobre este aspecto nossa entrevistada reflete:

somos discriminados pela sociedade, que não está se preocupando com o que está se criando porque quando ele fecha uma porta e discrimina uma pessoa porque ela mora numa favela, está criando um ciclo vicioso, porque ela vai voltar para favela e vai se virar por lá mesmo. O que ela tem para fazer? O tráfico, porque quando uma sociedade não acolhe uma pessoa, o tráfico acolhe... faz o papel de pai, mãe, amigos, e acaba sendo um círculo e a favela acaba tendo esse ar de violência, mas também, criado dentro dessa estrutura (E., mulher).

Notamos que o confinamento no qual são freqüentemente submetidos os moradores de favela tem contribuído, mesmo nos dias atuais, para fixar grandes contingentes populacionais em espaços sem condições de moradia digna. Nestes locais, há freqüentes violações de um conjunto de direitos fundamentais, entre eles o de moradia, educação, emprego, renda condizentes com as atividades realizadas e, especialmente, o da liberdade de ir e vir nestes territórios fragilizados pela violência. Conforme figura abaixo⁵:



Figura 1.

⁵ http://wikimapia.org/p/00/01/44/09/10_big.jpg

Está nítido que ao identificar, classificar e conceituar os espaços favelizados sob uma única perspectiva, o Estado forjou uma marca negativa que, ao longo dos anos, vem comprometendo a interação social dos moradores. Conforme veremos abaixo o estigma atribuído as favelas interfere não apenas nas possibilidades econômicas, mas compromete diretamente a estabilidade moral e emocional dos moradores. Vejamos,

Eu não acho que favela é o que fala que a favela é. E toda vez que estou num lugar que fala da favela, eu fico horrorizada, gente, eu fico com vergonha de dizer que moro na favela diante daquilo que as pessoas falam que é, e normalmente é o meu mundo, não é? E tem a ver com a minha infância, porque eu fui criada na Santa Marta até os 11 anos. Meus pais eram nordestinos, minha mãe dizia **'não fala que mora na favela!'**. A gente ia arrumadinha e limpinha para a escola pública, que fica na Rua da Matriz, em Botafogo⁶, e eu não podia dizer que morava ali. Eu era uma criança super alegre, eu tinha que me comportar muito na escola pública, era pública e de qualidade, na época, eu ficava assim na hora do lanche, olhava para o meu barraquinho e achava lindo o meu barraquinho de dois andares, com uma varandinha, via a minha família e tinha que me conter, eu não podia dizer que morava na favela, porque ninguém ia me aceitar. Eu tive problemas seriíssimos com a identidade depois que cresci, por causa dessa questão, eu não colocava minha emoção para fora, eu não podia dizer para minha amiga, olha a minha mãe, olha o meu barraco. Então, eu não tinha identidade, eu não existia, e isso para mim foi horrível, mas, eu trago isso até hoje, eu vou num lugar, dependendo das pessoas, eu não posso falar que eu moro no Jacarezinho porque me tratam de uma forma que não tratavam quando não sabiam que eu morava na favela (M.A., Mulher).

Vejam que, por trás desta fala está o medo de que outros possam desrespeitá-la por algo que ela exhibe. E, por este motivo, a depoente revela se sentir constantemente insegura em seu contato com outras pessoas, sinalizando que a insegurança surge de algo que ela não pode determinar. Este sentimento tende a representar uma deficiência quase fatal da sua subjetividade, ou seja, na medida em que a moradora não consegue afastar uma formulação que a define como inferior, por acreditar que as pessoas não gostam dela, passa a sentir-se insegura na presença destas e de quaisquer outras.

⁶ Bairro da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

O direito dos moradores de favela passa a simbolizar e representar no imaginário desses moradores, uma ameaça. Estes casos evidenciam que há um tratamento diferenciado dado pelo Estado aos moradores de favela. Com a justificativa de levar segurança através da força policial, na medida em que a viola freqüentemente. Logo, a violência policial praticada pelos agentes do Estado que têm a obrigação de garantir a segurança pública, preocupa cada vez mais os cidadãos, sobretudo aqueles que residem em favelas e em bairros populares.

Perlman (1977), após realizar um estudo na cidade do Rio de Janeiro e em algumas áreas da região da Baixada Fluminense, também constatou que, determinados gestores públicos, ao perceber a incapacidade do Estado de promover políticas de trabalho capazes de absorver a “massa” identificada por ele como “marginal”, foi incapaz de assumir a sua parcela de responsabilidade na formação deste contexto. Como saída, passou a reforçar a idéia de que as classes populares representavam uma ameaça capaz de causar um colapso político e social no cenário urbano.

“Esta contradição entre o temor das crescentes “massas bárbaras” na cidade e a consciência de sua inevitável existência é subjacente à ideologia da marginalidade e à sua manipulação política. E, é justamente dentro deste jogo perverso que tanto os favelados como as favelas receberam, portanto, rótulos sociais de nítido cunho político, que foi transmitido ao longo de seu processo socializante” (Perlman, 1977, p. 124).

Para a autora, mesmo existindo um contato estreito com os habitantes de áreas estigmatizadas como, por exemplo, a favela as pessoas que vivem fora delas fingem não conhecer os moradores, os seus hábitos e sua dinâmica cultural e, em certa medida, a sua humanidade.

Para Valladares (2005), determinados técnicos, gestores públicos, ONGs, associações de moradores e pesquisadores são os principais interessados pela cristalização dos dogmas direcionados às favelas. Na visão da autora, são eles que garantem a continuidade de seu trabalho.

Para muitos políticos, constata Brum (2004), os favelados continuam sendo importantes fontes de votos; pois é através das precárias condições de sobrevivência

das favelas que se potencializa o oportunismo exercido pela máquina política. Operada pela lógica clientelista, candidatos e políticos reivindicam costumeiramente a paternidade das benfeitorias públicas, a fim de configurá-las como “favor.”

Diniz (1982) compara o tipo de vinculação do território com a política, que assemelha o arranjo clientelista do Rio de Janeiro a uma espécie de coronelismo urbano. Para o autor, a estrutura fortemente hierarquizada tem sede no Poder Executivo que pode sofrer intermediações de políticos situados no Legislativo, que se apoiavam nos líderes comunitários que por seu turno aceitam atuar como vias de acesso à população do território, a qual respondia com o voto, fechando o circuito dessa relação de lealdade, baseado num sistema de troca de favores.

As intervenções de responsabilidades do Estado são comumente apresentadas como concessões que retro-alimentam um forte mecanismo de controle e de desvio, cuja cadeia se inicia nas diretorias de determinadas associações, chegando a envolver alguns técnicos e servidores públicos de diferentes escalões, inclusive funcionários de carreira, atingindo também aqueles que exercem funções subalternas no âmbito da administração pública. Neste contexto, muitas pessoas se beneficiam com o feito, se auto-afirmando e/ou ainda apresentando uma terceira pessoa como a benfeitora.

Lançando mão dos mecanismos acima apresentado determinados mandatos políticos são eternizados e reproduzidos, continuamente, potencializando o nepotismo e o clientelismo, colaborando desta forma para a perpetuação de práticas políticas ilícitas. Já os favelizados funcionam como peça no jogo eleitoral, pois constituem importante fonte de votos.

Os favelizados são também vitais para o funcionamento da economia da cidade, como oferta de mão-de-obra barata em diversos setores, eles também acessam um mercado consumidor que não pode ser desprezado. Por tudo isso, as favelas não são um mundo à parte, pois, elas são fundamentais para a dinâmica político-social, porém, as relações estabelecidas com a cidade ocorrem de forma subordinadas.

A forma em que foi estruturado o espaço urbano e cunhado o conceito de cidade permanece sendo um referencial diacrítico que reacende as fronteiras segmenta o espaço físico e interfere negativamente nas relações estabelecidas pelos moradores deste território. Assim, na medida em que há resistência de apresentar o

papel que cumpre a favela, a sua historicidade e a importância da sua existência para a própria identidade urbana, se faz necessário problematizar determinados estudos e algumas políticas públicas que permanecem na contramão das experiências vivenciadas neste lugar.

A importância da problematização dos processos históricos que deram origem aos estigmas que mesmo na contemporaneidade interferem na vida dos moradores de favelas, está na construção e sustentação de uma crítica ao Estado e determinados atores sociais: acadêmicos, profissionais e políticos. Estes, em diferentes momentos demonstram não possuir qualquer interesse em analisar e descrever as pré-condições estruturais que contribuíram para a formação e permanência da marca negativa relacionada às favelas e as pessoas que nelas residem.

Em consonância com os argumentos já apresentados, a nossa hipótese é que: *uma vez identificados como moradores de favela, os estudantes passaram a experimentar repetidas situações de preconceito e discriminação diretamente relacionados ao seu local de moradia.* Outra proposição igualmente importante que trazemos nesta tese é que, *para os moradores de favela e as pessoas pertencentes a grupos étnicos historicamente discriminados, a escolarização, isoladamente, não tem conseguido garantir as conquistas de novas posições no mercado de trabalho e em determinados campos da vida social.*

Mesmo com uma boa qualificação, geralmente, para as pessoas do meio popular e oriunda de espaços estigmatizados não restam alternativas se não a de assumir aquelas profissões desvalorizadas e tidas como menores para os padrões sociais dos denominados moradores do asfalto. A nosso ver, a forma de tratamento diferenciado entre o trabalhador do asfalto e da favela, leva especialmente a juventude a uma frustração geral na expectativa de vida profissional.

Em muitos casos, a ausência de oportunidades conjugadas com a realidade do mercado de trabalho acaba por levar um número representativo de jovens oriundos de espaços estigmatizados a aderirem a algumas profissões subalternizadas. Particularmente aquelas assumidas pela população que sobrevive da chamada economia marginal, embora sejam profissões completamente inseridas e necessárias para o funcionamento normal da cidade e da sociedade.

A forma em que o Estado definiu a favela por um lado reforçou as fronteiras que permitem que os espaços da cidade estejam bem demarcados entre ricos e pobres, morro versus asfalto, alimentando ainda mais a visão de cidadão de categorias distintas. Além disso, simplificou uma questão que é complexa, que tange às desigualdades que são efeitos de problemas não só estruturais, mas, sobretudo, históricos em que se configurou a sociedade brasileira.

Conforme vimos, é imprescindível, para aqueles que estão produzindo um saber entorno da discriminação contra os grupos favelizados, entender a história e as tramas da organização do cenário urbano. Pois, a observação deste contexto, facilita a compreensão do processo de consolidação da estrutura da cidade e verificação de que, mesmo na contemporaneidade, a ação pública vem favorecendo a perpetuação das formas mais sutis da in-exclusão social.

É dentro do contexto apresentado que estabelecemos um diálogo entre a experiência dos moradores da favela do Jacarezinho envolvidos pela ação do PVNC, com uma vasta literatura sobre o tema em questão. A partir desta conversa, verificamos a existência de conexão entre as oportunidades encontradas e as aspirações apresentadas por estes estudantes no que se refere à obtenção da formação desejada. Neste caminho investigamos se a conquista da educação superior funcionou como mecanismo de garantia e reivindicação de direitos de cidadania.

Pelos motivos expostos, optamos por estudar a problemática do espaço conjugada às relações sociais estabelecidas por seus moradores. E foi dentro desta lógica que observamos os efeitos do preconceito e da discriminação, experimentada na dinâmica do Pré-Vestibular Para Negros e Carentes na favela do Jacarezinho. Isto porque o estudo da história dos moradores desta favela, mais do que mera ilustração ou confirmação dos mecanismos de negação da cidadania, configura-se um quadro vivo que excede em significação, tal problemática.

Assim, ao revisitar a história de vida do grupo de moradores, podemos concluir que a favela, por concentrar um alto percentual de negros, pode também ser percebida como uma espécie de indicador do grau de integração das classes populares negras à sociedade; posto que, da mesma forma que os ex-escravos, os grupos favelizados - seus “herdeiros” - também foram inseridos no sistema de super

exploração e desvalorização da força de trabalho⁷.

Na favela estão as pessoas que vieram, geralmente, do nordeste e por serem nordestinos já têm uma discriminação a mais, são negras esfarrapadas esse é conceito de favela que as pessoas lá de fora têm ... e, o conceito de favela que eu tenho, justamente por morar aqui é o oposto: são pessoas que vieram do nordeste pra batalhar o futuro aqui dentro porque, nos seus estados não tinha condições de sobrevivência, então, vieram tentar uma vida no Rio de Janeiro ou em São Paulo numa grande metrópole, chegando aqui elas não encontraram o que elas imaginavam ... é uma boa casa o que elas vêem na televisão. Elas acabam se acoplando dentro de favelas e morando uma por cima das outras, criando seus filhos aqui muitos partem até para o mundo da criminalidade (G., mulher).

ouviu um amigo dizer 'tem que jogar uma bomba no Jacarezinho para que vocês morram, para que morra todo mundo de uma vez só, acabam todos os barracos'. Às vezes eu engrosso às vezes eu finjo que não estou escutando, muitas vezes eles sabem que eu vou revidar então eles ficam me alfinetando pra que eu fale alguma coisa, mas eu não tenho vergonha nem um pouco, estou às vezes no meio de 20 e 30 pessoas, respondo o que tenho que responder e às vezes a resposta vem na hora (G., mulher).

A forma depreciativa de tratamento recebida pelos moradores de favela, na atual sociedade, relaciona-se intimamente à confirmação ou não de determinados valores incorporados pela população local e pela sociedade como um todo. Ao mesmo tempo em que a subalternização dos moradores de favela pode ocultar e mascarar outras formas de preconceitos cristalizados em nossa sociedade.

A maneira pela qual a favela passou a ser entendida (mesmo na instância do Estado) simplificou uma questão que é complexa; já que escamoteou desigualdades que são conseqüências de problemas não só estruturais, mas, sobretudo históricos em que se configurou a sociedade brasileira. Como efeito, as fronteiras simbólicas passaram a ser visualizadas sem nuances: espaços da cidade bem demarcados entre ricos e pobres, morro *versus* asfalto, alimentando assim ainda mais a visão de cidadão de categorias distintas.

A primeira violência enfrentada pela favela e seus moradores se deu pela exclusão dos espaços geográficos, e a partir desta, a configuração de barreiras para ascensão econômica e alcance da cidadania plena. No Brasil, assim como em países democraticamente imaturos, a configuração do exercício de cidadania passa pelas

⁷ Para aprofundar este tema, ver Campos (2005) - Do Quilombo às Favelas e Silva, Eduardo Silva.

mãos dos grupos dirigentes que tratam da coisa pública como se ela pudesse ser resolvida no âmbito das relações privadas.

Nos espaços favelizados a possibilidade de acessar direitos básicos que deveriam ser garantidos como fundamental a todos independente da cor da pele, do gênero, da classe e da origem social, só se consolida na presença de uma participação entendida enquanto ação coletiva e exercício consciente, voluntário e conquistado. Isto porque, em nosso país, a sobreposição de interesses particulares e a restrição de acesso ao bem público tornaram-se quase um problema crônico.

Concluimos que as favelas estão incorporadas à cidade, mas, os seus moradores permaneceram submersos, exilados e reféns de um sistema verdadeiramente liberal que não garante os seus direitos de cidadania. O preconceito, a discriminação, a exclusão e as formas diferenciadas de acesso a universidade experimentadas pelos moradores da favela do Jacarezinho nos ajudaram a explicar os “problemas” de segregação sócio-espacial a partir do cotidiano de pessoas que têm que sobreviver em territórios estigmatizados, lutar para ingressar e permanecer na universidade e, ainda, comprovar suas potencialidades para torná-las efetivas.

2.2.

De qual cidadania estamos falando? Cidadania formal *versus* cidadania substantiva.

Ao longo do tempo, toda e qualquer idéia sobre cidadania traz, intrinsecamente, um determinado entendimento acerca de: o que é cidadania? Quem são os cidadãos? A resposta a estas perguntas ainda é um tanto quanto complexa uma vez que, o conceito de cidadania mesmo na importante contribuição de diferentes estudiosos que se debruçaram sobre este tema não consegue dar conta da sua amplitude.

A afirmação de direitos assinalados em nossa Carta Magna e a rubrica em tratados e acordos internacionais, com países dos quais somos signatários destacam que: o simples fato de nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas em virtude de ingressar na sociedade humana. Em outras palavras,

tornar-se um ser do mundo, eleva também cada indivíduo a condição de portador de prerrogativas sociais, tais como: o direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, à chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna (Santos, 2007, p. 19).

Contudo, do ponto de vista da prática a idéia de cidadania não foi incorporada com tanta veemência, pois, as prerrogativas sociais enunciadas por Santos (2007), apenas dizem respeito ao indivíduo consagrado por sua condição cidadã a quem, deveria ser disponibilizado um rol de princípios gerais e abstratos que se imporiam como um corpo de direitos concretos individualizados. Ou seja, a cidadania do ponto de vista conceitual representa uma lei da sociedade que, sem distinção deveria atender a todos.

É importante lembrar que, o termo cidadania foi impresso em meio a um processo de exclusão. Dizer quem era cidadão no passado, ao contrário de hoje, em que supomos se tratar de uma maioria – era a maneira de eliminar a possibilidade de participar da cidade e de garantir privilégios a um determinado grupo restrito.

Destacamos que o conceito de cidadania não inclui apenas os direitos civis, uma vez que nele está contido um conjunto de direitos civis, políticos, econômicos, sociais de que deve gozar indistintamente todos os membros de uma sociedade nacional. Mas, determinados grupos sofrem cortes nos seus direitos de cidadania e são privados de acessar os benefícios materiais e culturais que advindo do desenvolvimento econômico da sociedade nacional global.

Burgos (1999), Silva (2000), Ribeiro (2005) em diferentes trabalhos que envolvem as dinâmicas das favelas constataram que, mesmo na contemporaneidade é comum encontrarmos grupos ou pessoas que usufruem dos mesmos direitos. Os “favelizados”, por exemplo, não gozam os mesmos direitos que moradores da cidade, sobretudo no que diz respeito à segurança e a disponibilização de equipamentos públicos de uso coletivo.

Dentro do amplo debate acerca das formas de acesso aos direitos de cidadania Vieira (2001), desenvolve uma abordagem teórica com a finalidade de compreender os modelos de espaço público e a função da sociedade civil na garantia dos direitos de cidadania. Neste percurso metodológico o autor identifica e analisa também as

novas formas de participação política que surge no âmbito global e propõe uma discussão teórica sobre os conceitos de sociedade civil, espaço público, cidadania e globalização, com objetivo de vislumbrar os desafios enfrentados pela cidadania global no mundo contemporâneo.

Para Vieira (2001), o declínio da cidadania está relacionado à mudança do papel do Estado que, se reformula acompanhando as variáveis econômicas exógenas. Por este motivo, o conceito e a ideia de cidadania não podem estar restringidos ao processo de naturalização, em congruência com as definições legais. Ou seja,

a cidadania não pode ser concebida como *status*, mas sim como processo, que vem se estabelecendo a partir de uma rede de relações que acentuam a pertença, os direitos e deveres universais (Sommers, op cit, Vieira, 2001: 35).

Considerando que os princípios descritos na Constituição são apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico geralmente inacabado. Determinadas pessoas inseridas nos grupos subalternizados, para serem cidadãos, a todo o momento, têm que permanecer alerta para reivindicar, garantir, legitimar e ampliar a sua cidadania.

Problematizando o conceito materializado em nossa carta magna Pinsky (2004) reflete que, cidadania não é uma definição estanque, ela significa um conceito histórico, pois, seu sentido varia conforme o tempo e o espaço. Dito de outra forma, não são as regras estabelecidas na lei, ou, em diferenciados contextos que irão definir quem é ou não o titular da cidadania.

Para Pinsky (2004), apesar de a cidadania ter se instaurado a partir de processos de lutas iniciadas com a independência dos Estados Unidos da América do Norte e com a Revolução Francesa que, culminaram posteriormente na Declaração dos Direitos Humanos, devemos pensar a cidadania para além destes acontecimentos, não se limitando ao conceito cunhado nestas revoluções de ordem burguesa.

Para Carvalho (2008), a cidadania é um fenômeno historicamente definido, mas fazer a discussão sobre este tema é extremamente complexo. Na análise do autor, o exercício de certos direitos definidos no conceito estrito do termo, não gera de forma automática o gozo de outros, a exemplo, o exercício do voto não garante a

escolha de governantes atentos aos problemas básico da população. Logo, reforça Carvalho,

a cidadania plena que combina liberdade participação e igualdades para todos é um ideal desenvolvido no ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da cidadania em cada país e em cada momento histórico (Carvalho, 2008: 9).

Carvalho (2008) desdobra o conceito de cidadania em três diferentes tipos de direitos, a saber:

1. **Direitos civis** – aqueles fundamentais a vida a vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se estender na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos - pode haver direitos civis sem direitos políticos, o contrário não é viável. Sem os direitos civis, sobretudo a liberdade de opinião e organização, os direitos políticos, especialmente o voto, podem existir formalmente, mas ficam esvaziados de conteúdo e servem essencialmente para justificar governos, mas não para representar os cidadãos.

2. **Os direitos políticos** – que têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. Eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a idéia de autogoverno.

3. **Os direitos sociais** - incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. Em tese eles podem existir sem os direitos civis e certamente sem os direitos políticos. Podem mesmo ser usados em substituição aos direitos políticos. Mas, na ausência de direitos civis e políticos, seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários. Os direitos sociais permitem às

sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que se baseiam é a da justiça social.

Conforme sinaliza Carvalho (2008), os direitos civis garantem a vida em sociedade, já os direitos políticos afixam a participação no governo da sociedade, enquanto os direitos sociais avalizam a participação na riqueza coletiva. Assim, o indivíduo ou grupo que são titulares dos três direitos são cidadãos plenos, enquanto aqueles que possuem apenas alguns são cidadãos incompletos e há inclusive aqueles que não se beneficiam de quaisquer destes direitos.

2.3.

Os direitos humanos são iguais, mas, existem as classes sociais: desigualdades no acesso à educação superior e à cidadania

A questão do ingresso na educação formal tem sido objeto de muitas abordagens. Mas, são raras aquelas que fazem referências diretas às desigualdades de acesso no mundo acadêmico, sobretudo, no que diz respeito às condições econômicas, ao preconceito e a discriminação racial muito comum no campo da educação.

Na atualidade existem diferentes pesquisas que utilizam os anos completos de estudo, para explicar o desempenho profissional de pessoas ao longo da sua vida acadêmica e inserção no mercado de trabalho. Porém, poucos estudos são voltados para dimensionar as desigualdades no campo da formação profissional, do desemprego, do salário, da extensão de jornada, da participação e da posição que assumem determinados indivíduos no mercado de trabalho e, ainda, relacioná-los as suas condições de moradia.

Os estudos sistematizados foram direcionados para a experiência de um conjunto de pessoas de menor representatividade no sistema educacional e social comparados aos grupos dominantes. O foco do debates acadêmicos foram as estratégias, o processo de afirmação dos grupos minoritários no mundo acadêmico e a consolidação da cidadania plena.

Em diversos estudos o termo educação é compreendido como um instrumento de luta e uma ferramenta capaz de emancipar e facilitar os processos de interação, sobretudo, aqueles voltados para a construção da cidadania.

Para alguns estudiosos do campo da educação Nascimento (2002), Candau (1998), Silva (2003), os avanços no debate pelo acesso a educação e aos direitos de cidadania, são resultados das pressões exercidas pelo conjunto de movimentos populares, com uma participação expressiva das organizações negras. Estas, desde longas datas vislumbraram a inserção de pessoas do meio popular na universidade como uma das formas de alcançar importantes mudanças no mundo acadêmico e, ainda, como um meio de garantir melhorias concretas nas suas condições de vida.

Estudos e pesquisas elaboradas a partir da observação direta do cotidiano de estudantes de origem popular no ensino superior vêm enriquecendo a produção literária sobre este tema.

Ao mapear uma vasta literatura sobre a temática da desigualdade de oportunidades, dialogando diretamente com as categorias favela, educação e cidadania, encontramos algumas referências que vêm nos servindo de ponto de partida para a análise. O trabalho realizado por Silva (2003), no âmbito de seu doutoramento em Sociologia da Educação, na PUC-Rio, apresentou um estudo sistemático sobre a trajetória de 11 jovens pobres e moradores da favela da Maré até a sua chegada à universidade.

Silva (2003) trouxe para arena do debate acadêmico uma questão, inicialmente formulada pelo jornalista Zuenir Ventura (1994): por que uns e não outros? Esta pergunta foi utilizada para dramatizar as relações estabelecidas entre “favela” e “asfalto”, baseadas na história de dois irmãos, moradores de uma favela carioca, Vigário Geral, cujas trajetórias sociais eram profundamente distintas, um era trabalhador, o outro, traficante.

Motivado por sua experiência de vida, como filho de migrantes nordestinos e morador da Favela da Maré, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, Silva (2003) teceu as primeiras análises sobre as relações estabelecidas entre Favela e cidade e morro versus asfalto. Impulsionado pela sua vivência naquele espaço o autor preferiu

enfocar a relação estabelecida entre a favela e o asfalto. Ou seja, em sua abordagem, realçou a trajetória escolar dos jovens até chegarem à universidade.

Ao identificar e descrever as características e estratégias fundamentais do estudo da caminhada dos jovens universitários da Maré, o autor enumerou alguns dados ordenando os elementos comuns a estas trajetórias e elegeu alguns temas centrais agrupando-os num conjunto de elementos que subsidiaram sua análise e crítica social.

Partindo da premissa que as trajetórias do grupo dos agentes estudados foram marcadas pela superação das condições estruturais adversas. Silva (2003) observou que para eliminar as barreiras colocadas pelo campo educacional e do local de moradia foram criadas e utilizadas diferentes estratégias produzidas a partir da influência do *habitus*.

Silva (2003) reconhece a existência e a positividade das relações contraditórias presentes no espaço universitário, no entanto, não reconhece seus pesquisadores como fomentadores de projetos e pesquisas que valorizem a superação das desigualdades. Isto vem gerando constrangimentos presentes na dinâmica e na estrutura da instituição escolar.

Silva (2003) destaca as desigualdades e suas vinculações diretas e imediatas com as práticas efetivadas no campo escolar e as ações produzidas em diferentes esferas da vida social: a econômica, a cultural e a política. O autor permaneceu em silêncio no que se refere à problemática da questão racial que norteia quase todas as relações sociais estabelecidas.

O conflituoso debate acerca da temática racial tem ocupado a mesa dos grandes centros acadêmicos e vem dividindo opiniões entre importantes intelectuais brasileiros e institutos de pesquisa. Apesar da repetição dos resultados emitidos pelos organismos de pesquisas de importância reconhecida, tais como: IBGE, IPEA, PNAD, LAESER e outros muitos se negam a reconhecer o racismo como um dos elementos fundantes das desigualdades sociais.

Para Teixeira (2003), as desigualdades sociais e raciais, na educação em geral e, particularmente no ensino superior, representaram mais do que falta de preparo para ingressar na universidade. Com o trabalho intitulado, *Negros na Universidade:*

identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro, a autora produziu um estudo sistemático, originalmente, como tese de doutorado em Antropologia Social, realizado no Museu Nacional/UFRJ, e direcionou sua lente para o espaço da universidade, visando quantificar e analisar qualitativamente a representação dos negros no quadro docente e discente da universidade pública.

Teixeira (2003) constatou que, após todo progresso social e o alcance de sucesso em suas trajetórias, os negros que conseguiram chegar aos cursos de nível superior estão fadados a conviver com o intenso nível de desigualdade entre brancos e negros, especialmente, nas oportunidades que surgem nestes espaços. Para a autora, é no mundo acadêmico que a renovação dos mesmos preconceitos do passado envolvidos pelas formas de reprodução das classes sociais conduz à limitação da mobilidade social ascendente e se torna ainda mais visível.

A interferência do preconceito e da discriminação racial em escolhas, projetos e trajetórias fazem com que o local de moradia, a classe social, a cor da pele e a identidade racial continuem sendo um atributo de status na sociedade brasileira e um referencial para a discriminação, conclui Teixeira (2003). O estudo realizado pela autora configura uma importante ferramenta na construção e definição de nosso objeto de pesquisa, sobretudo quando a autora buscou melhor compreender os mecanismos que determinavam o sucesso daqueles que conseguiram chegar ao terceiro grau, utilizando como estratégia, o discurso das pessoas envolvidas na investigação.

Através da fala dos colaboradores de sua pesquisa, a autora listou tanto os elementos que permitiriam a construção de aportes teóricos para a caracterização do “jeitinho brasileiro de discriminar”, quanto às táticas utilizadas por alunos e professores negros, em sua imensa maioria pobres e filhos de pais pouco escolarizados, para se inserir e permanecer na universidade pública no Rio de Janeiro.

Teixeira (2003), ao abordar as categorias identidade racial, mobilidade social, educação, preconceito e discriminação racial, reinaugurou e enxertou de conteúdo um discurso contundente que deu legitimidade acadêmica à problemática tratada nesta tese. Seus apontamentos serviram como um dos pilares fundamentais para a

identificação dos efeitos colaterais concernentes ao tratamento diferenciado dado aos espaços favelizados na mobilidade social de seus moradores.

Baseada nos resultados de suas investigações, Teixeira (2003), também ajudou a relativizar os estudos de renomados autores que, mesmo diante dos fatos hesitam em reconhecer do ponto de vista científico, que as desigualdades econômicas isoladamente não justificariam a inserção subordinada de determinados grupos no campo acadêmico e em outros espaços da vida social.

Ao conjugar as temáticas educação e cidadania, Teixeira (2003), empreendeu um estudo capaz de analisar a ascensão social de quase uma centena de trajetórias de vidas diferentes, destacando nestas, as estratégias similares de enfrentamento da discriminação racial. Baseando-se em estatísticas e depoimentos de alunos e professores de diversos cursos, a autora apresentou resultados surpreendentes acerca das relações raciais estabelecidas no espaço de uma universidade pública.

A extrema relevância, do trabalho em voga, para a nossa pesquisa, também se deu com a recusa de Teixeira (2003) em aceitar o discurso que insiste em apontar o negro, que ascendeu por via da educação, como uma exceção. Teixeira acredita que esta cômoda posição apenas reforça a idéia de que a universidade de fato não é mesmo um lugar de negros e de pobres.

Partindo deste pressuposto, foi dada uma maior visibilidade à reduzida inserção dos negros no mundo acadêmico sem limitar-se a “individualizar” algumas escolhas e trajetórias. Assim como Teixeira (2003), valorizaremos a palavra de cada um dos colaboradores que, ao longo de nossa pesquisa terá a oportunidade de narrar a sua própria história, trazendo um pouco da força da “realidade vivida” nas favelas para os argumentos e análises mais “frias” e distanciadas do pesquisador.

A universidade brasileira se configura como mais um dos redutos de exercício do pensamento crítico em nosso país, mas ela não conseguiu transformar seu espaço em um lugar que possibilite oportunidades iguais para todos, do ponto de vista da justiça social e racial. Dito de outra forma, tratar estas questões com tamanha indiferença reforça o impressionante desconhecimento e a tamanha distância ou descaso do mundo acadêmico em ajudar a combater os mecanismos de exclusão social, com as quais esta instituição desde a sua origem convive.

Refletindo os fatos apresentados até aqui, baseados nas informações, prestadas pelos sujeitos de nossa pesquisa, no âmbito das aulas de cultura e cidadania por nós ministrada, confrontamos a identidade de “favelado” “atribuído” nas relações estabelecidas pelos moradores em tela, com aquelas “assumidas” ou, ainda, autodeclaradas por eles, no momento de afirmar ou negar a sua identidade com o local de moradia. De posse do resultado, percebemos, assim como Teixeira (2003), após utilizar este método que, tal estratégia serviu para trazer o leitor de nosso trabalho, o mais perto possível de “objeto” de estudo em observação, a favela e as relações acadêmicas e profissionais estabelecidas pelos universitários “da favela”.

Ao elegermos como campo de observação a favela do Jacarezinho e à experiência do PVNC situado no local, o estudo de Santos (2006), também nos trouxe importantes contribuições. Sua apropriação da dinâmica do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, contribuiu para a compreensão das experiências do fazer político, crucial para a constituição de sujeitos, especialmente, aqueles que são atraídos e movidos pelo anseio da transformação social.

No curso do processo investigativo, Santos (2006), observou que havia distintas “experiências de movimento, que eram organizadas em lugares do fazer com arenas, agendas e agências próprias”. Logo, buscou compreender as múltiplas dimensões espaciais inerentes aos movimentos sociais, relativos tanto da sua dinâmica de estruturação interna (suas estruturas organizativas e institucionais, os sujeitos, as arenas de disputa, as agendas que se entrecruzam etc.), quanto de suas estratégias de interlocução externa.

Ao observar a constituição do movimento, seu histórico, sua estrutura, suas dinâmicas, suas temporalidades, suas hierarquias, Santos (2006), formulou a hipótese de que, as “experiências de movimento” poderiam ser compreendidas como experiências espaciais do fazer político. Através desta suposição, o autor, estruturou um discurso e travou um diálogo com diversos autores, geógrafos e não geógrafos, brasileiros e não brasileiros, que analisaram movimentos sociais com distintas composições.

A importância de afirmar e empreender a discussão sobre a espacialidade dos movimentos sociais, também se constituiu como uma das preocupações de Santos

(2006). Por este motivo, o autor procurou potencializar um campo dialógico do conhecimento científico apoiado pelos instrumentos teóricos da Geografia.

Santos (2006), ao identificar as tendências analíticas e após ter explorado as possibilidades que cada uma delas abriria para a análise dos movimentos sociais, ele, organizou um quadro de referências e de possibilidades analíticas. As análises construídas pelo autor trouxeram importantes contribuições para o nosso trabalho, sobretudo, na construção da análise tanto da experiência do núcleo quanto da vivência dos moradores implicados neste estudo.

A releitura da dinâmica dos movimentos sociais baseados na lógica do raciocínio centrado no espaço, proposta por Santos (2006), foi fundamental para apreendermos a dinâmica tanto do Movimento dos Pré-Vestibulares quanto da vivência dos próprios moradores sujeitos de nossa pesquisa. Na expectativa de elucidar tal acepção o autor, fez uma reconstituição do espaço-temporal utilizando como referencial a história do Pré-Vestibular para Negros e Carentes nos dando desta forma um horizonte das múltiplas dimensões das espacialidades dos movimentos e suas respectivas referências espaciais que regulam e condicionam, são inerentes, oferecem possibilidades e orientam as ações elaboradas (ou não) como estratégias de intervenção dos/nos movimentos.

Dentre os diferentes destaques dados por Santos (2006), a articulação institucional foi valorizada e através dela pôde ser lida as formas de institucionalização espacial das experiências do fazer político. Nesta estratégia foi possível também analisar o trânsito dos indivíduos nestes espaços, por meio de aprendizados de códigos, comportamentos, comandos, práticas, normas de conduta que puderam ser lidos como (aprendizados de) experiências espaciais que, dão formas ao desenho geográfico que materializam o movimento, indicando inclusive como ele cria os seus próprios “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”.

Santos (2006), ao discutir como a organização do fazer político na sociedade corrobora para o surgimento de padrões e de experiências espaciais, com as quais o movimento precisa aprender a lidar prestou valiosas contribuições para os nossos estudos na medida em que nos auxiliaram a pensar o lugar e as formas diferenciadas de acesso a partir dele. Dito de outra forma, das tendências analíticas apresentadas na

literatura indicada por Santos (2006), foram exploradas e subtraídas as contribuições que cada uma das experiências desenvolvidas nos espaços trouxeram para a análise dos movimentos sociais.

Dos estudos de Santos nos apropriamos também do quadro de referências e das possibilidades analíticas do movimento de Pré-Vestibulares para Negros e Carentes. O autor facilitou a leitura deste movimento como um meio tanto para aglutinação de sujeitos como um instrumento capaz de preparar os seus artífices/alunos, ou não para o rito de passagem entre a vivência comunitária, no universo acadêmico e a nas possíveis oportunidades no mercado de trabalho.

Para Santos (2006), num ambiente social onde os valores emanados da ideologia liberal apontam para a competição, individualismo e concorrência, emergem solidariedades e uma cultura de valorização da participação, associativismo e de obrigação social nas quais os indivíduos buscam inserir-se por meio de iniciativas que apontem para a superação do perverso quadro social. O autor destaca que, assim, os núcleos do movimento se estruturam com base na auto-gestão, no trabalho voluntário e na ausência de compromissos financeiros, “capturando” as potências e energias utópicas geradas nesta ambiência social.

A história do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, focalizada por Santos (2006), foi valorizada para além da distribuição espacial dos núcleos e de sua vinculação com redes sociais e políticas.

O estudo empreendido por Santos (2006) qualificou os debates conceituais que vêm sustentando o olhar sobre o movimento em tela, a partir da reconstituição de trajetórias espaciais do fazer político de três sujeitos que ativamente disputaram a construção do movimento.

Neste processo, percebeu-se que o movimento fez convergir indivíduos com diferentes experiências espaciais de sociabilidade, de percepção e do fazer político – indivíduos que vivem no local, indivíduos que circulam politicamente por fóruns e arenas regionais, indivíduos que têm projeção e estabelecem diálogos nacionais, construindo convergências e fricções destas múltiplas experiências espaciais do fazer político.

Na sistematização da experiência do Movimento Pré-Vestibular Para Negros e Carentes, proposta por Santos (2006), este vai aparecer também como objeto de conflitos. Sobretudo, pela sua condução por sujeitos que buscavam dialogar com o Estado, com partidos políticos, com a Igreja, etc. Esta perspectiva analítica nos realça a importância dos processos (internos) de construção dos movimentos sociais, para além do papel transformador que têm a(s) sua(s) bandeira(s) de luta. Pois, os movimentos aparecem na ótica que o autor convencionou chamar de *construtivista* –, como pactos político-ideológicos, fruto de negociações cotidianas entre indivíduos portadores de experiências histórico-sociais distintas.

Santos (2006), com todo o cuidado para não cair em determinismos espaciais, ao apresentar as experiências espaciais do fazer político nos informaram sobre os processos de constituição de sujeitos e também sobre a construção dos seus atos e de seus posicionamentos. A aproximação da ideia do PVNC proposta pelo autor permite-nos analisar/conhecer o lugar e a tomada de posição, condição ativa inclusive daqueles sujeitos que negam a política e negam a dimensão política de suas ações.

O feliz “encontro” entre indivíduos com diferentes experiências, projetos, percepções e expectativas em relação à sua ação no cotidiano do fazer do movimento social Pré-Vestibular para Negros e Carentes condiciona, segundo Santos (2006), a um só tempo, conforme sinaliza: (I) a convergência entre o agir dos sujeitos, construindo diversas formas de ação social, e (II) o choque entre estas experiências dando lugar a conflitos entre eles.

Para compreender a multiplicidade de ações que são constituídas no seio do movimento social, sinaliza Santos (2006), é preciso estar atento para o fato de que este tem uma estrutura marcada pelas múltiplas atuações de seus indivíduos, que também atuam em outros movimentos e campos do fazer político. Na ação do PVNC fundem-se as lutas no mundo da educação, no campo do anti-racismo e pessoas atribuem à sua ação um caráter revolucionário. A busca do diálogo com o Estado ocorre em prol da construção de políticas públicas.

Para Santos (2006), neste campo de luta também vai se constituindo espaços de agregação e convergência, mas também de segregação de indivíduos oriundos de

segmentos sociais distintos, com atuações e envolvimento portadores de valores e projetos societários diversos.

As questões apresentadas por Santos (2006), reforçam a idéia de que os movimentos sociais nascem como expressão de conflitos e tensões, sendo instrumentos de fortalecimento de determinados grupos da sociedade em disputa com outros. E, numa perspectiva histórica, a construção social da memória destes grupos também é uma das faces das lutas sociais. Pois, é na busca de variadas formas de assinalar as identidades e, portanto, a sua distinção em relação às demais, que determinados grupos ou pessoas afirmam suas próprias interpretações acerca dos acontecimentos, lançando mão neste processo de reforçar a sua identidade.

Os trabalhos apresentados até aqui reforçam a importância de construirmos o perfil sócio-político; sócio-econômico; cultural e educacional do grupo em observação. Arelada a esta informação ilustraremos o resultado de nossos estudos com as experiências de alunos que passaram pela experiência do PVNC Jacarezinho e ingressaram na universidade. Porém, não nos limitaremos ao seu processo de formação educacional. Para nós, é fundamental conjugar a formação com a vida política, após a vivência nesta experiência e as oportunidades no mercado de trabalho.

Além de tecer diferentes análises acerca da dificuldade de acesso aos bens públicos em face ao local de moradia, daremos ênfase à representação racial e de gênero dos estudantes em observação, na expectativa de dimensionar a lógica do preconceito e da inclusão subordinada preponderante no mundo do trabalho. Neste ponto da análise, Guimarães (2007), ao pesquisar sobre o destino dos estudantes provenientes dos cursos pré-vestibulares populares organizados em rede, que se beneficiaram das “ações afirmativas” da PUC-Rio, após sua formatura na graduação, trouxe outras importantes contribuições que poderão iluminar as reflexões as trajetórias de vida dos sujeitos de nossa pesquisa.

Guimarães (2007), após se apropriar e descrever os impactos e importantes aspectos da mudança, no que diz respeito aos recém formados profissionais e sua entrada no mercado de trabalho e ao acesso a bens culturais recentemente abertos para os indivíduos da população negra o autor, mapeou a trajetória de 14 indivíduos

entrevistados inseridos na experiência em análise. Verificou se o acesso ao ensino superior e a passagem pela universidade haviam de fato ampliado os direitos de “cidadania” deste grupo.

Para Guimarães (2007), foi preciso problematizar a argumentação encontrada nas diversas análises produzidas no campo acadêmico, sobretudo, aquelas que indicavam os próprios indivíduos como responsáveis pela sua situação de desvantagem social. Para o autor, havia a necessidade de rever a quase unânime resposta de que a baixa representatividade de profissionais negros, em posições prestigiosas na hierarquia do campo de trabalho e maior inserção social no mercado de trabalho informal, correspondiam, unicamente, à falta de qualificação profissional, devido à insuficiência de “capital cultural” destes indivíduos. Neste ponto o autor nos forneceu as primeiras pistas para pensar as experiências dos moradores da favela inseridos na universidade através da experiência do Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

Buscando uma resposta mais contundente à questão Guimarães (2007) acompanhou o processo de transição de estudantes provenientes das camadas populares da academia para o mercado de trabalho. Como resultado, o autor confirmou sua hipótese de que, para os profissionais negros, mesmos os formados pela PUC - Rio, universidade privada com excelência acadêmica, nos diferentes momentos de disputa por melhores colocações de *status* ocupacionais, ainda persistiam as situações em que seu ingresso e/ou sua promoção eram preteridos em função de seu lugar de moradia e da sua condição racial que, mesmo na contemporaneidade, prepondera sobre outros critérios relevantes nas etapas de seleções nas oportunidades sociais e, principalmente, profissionais.

A partir do pressuposto Guimarães (2007) refletiu a sua própria trajetória profissional, à luz das experiências de vida de 15 indivíduos que, como ele, é negro, de origem popular e beneficiário do Programa de “Ações Afirmativas” da PUC-Rio. O desafio era tentar descobrir quem seriam os sujeitos “bem-sucedidos”? Nesta nova empreitada, o autor encontrou várias respostas para a sua pergunta. A tradução destas, certamente, oferece importantes contribuições para o bom desenvolvimento de nosso estudo.

Na medida em que Guimarães (2007) procurou identificar as possibilidades de transformações reais das condições materiais de existência dos indivíduos da população negra, através da ampliação das oportunidades de acesso às instituições de ensino superior no Brasil, nos ajudou também a recortar e definir nosso objeto de pesquisa. A apropriação das principais hipóteses que norteiam e introduzem as categorias teóricas por ele utilizadas, será indispensável na composição de nossa reflexão a partir do diálogo estabelecido entre as categorias favela, educação e cidadania, pontos-chaves de nosso trabalho.

E, ao percorrer uma vasta literatura, buscando dar sustentação aos conceitos-chaves, indicados para iluminar a análise das diferentes histórias de vida sistematizadas, Guimarães (2007), desenhou algumas perspectivas futuras para os indivíduos da população negra. Os pontos por ele salientados, se relacionavam às novas inserções sociais funcionais e, até mesmo raciais, que contribuiriam para ilustração e publicização de processos sócio-políticos que apontariam para a necessidade de construção do termo, que convencionou chamar de, “afrocidadanização”, sinalizando que esta era uma realidade que deveria ser cunhada, a partir de uma visão ampla do significado real da “democracia racial” na sociedade brasileira.

Buscando conhecer e interpretar as percepções dos entrevistados sobre as suas trajetórias individuais após a formatura na PUC-Rio, não apenas no que se refere ao seu ingresso no mercado de trabalho, como também no que diz respeito ao impacto social que a sua passagem pela graduação na Universidade teve para eles mesmos, para as suas famílias e comunidades de origem, Guimarães (2007), lançou a seguinte pergunta a seus informantes *“O que faz com (sic) que sejamos melhores hoje?”*

Norteados por esta questão ele procurou também identificar as identidades raciais dos entrevistados, a partir do critério de auto-identificação, apesar de entender esta metodologia mais subjetiva do que objetivamente. Tendo como pressuposto a sua própria formatura na graduação e suas percepções de “sucesso” ou fracasso.

Destacou aspectos ligados à esfera do trabalho, com ênfase na posição ocupada na hierarquia ocupacional, na mobilidade de posição e na percepção sobre o “racismo” na esfera do trabalho. Além disso, o autor se preocupou em avaliar

qualitativamente as transformações da vida material, após a formatura na PUC-Rio, ou seja, o impacto que a formação acadêmica teve sobre as comunidades de origem dos entrevistados, destacando suas contribuições e projetos, no sentido de transformar a realidade da sua comunidade. Partindo do princípio que é praticamente indiscutível a importância da escolaridade para a mobilidade social, sobretudo, no Brasil.

O descaso dos gestores públicos pelos mecanismos ou condições de acesso, permanência e inserção de pessoas do meio popular no mundo do trabalho é um fato em nosso país. Observamos que a garantia de ingresso e permanência de estudantes pobres nas universidades não se faz de modo menos problemático. A universidade, um dos poucos redutos do exercício do pensamento crítico em nosso país, ainda não conseguiu criar em seu espaço plural uma ambiência favorável do ponto de vista de tornar equânimes as oportunidades para estes estudantes. De certo modo, justiça social e racial soam como pautas de ideologias ultrapassadas na universidade, resultam do desconhecimento do desnível ou defasagem socioeconômica que, real para diversos estudantes, faz-se ainda distante de uma discussão mais ampla na academia, instituição excludente desde a sua origem.

Conforme o estudo proposto, analisaremos um conjunto de situações vivenciadas por candidatos universitários oriundos de favelas. Buscaremos pontuar elementos significativos das trajetórias escolares destes estudantes, abordando de forma global suas escolhas e atuações no espaço da universidade e no campo do trabalho. Questões centrais como condição social, cultural e econômica da família e o histórico de escolarização dessas pessoas serão igualmente consideradas na análise.

Os moradores por nós observados compõem um conjunto de indivíduos que ao longo de sua de sua trajetória, - em particular o período que compreende a vida acadêmica e profissional, - foram rotulados como pessoas violentas e perigosas. Tais estudantes, ao se articularem com seus pares, subverteram a ordem e atribuíram outros usos a sua identidade de morador de favela, de classe social menos favorecida e de pertença racial a grupos minoritários. Falo da resignificação de vivências em espaços cotidianos estigmatizados e da necessidade de luta contra uma série de estereótipos que lhes são associados por serem pobres, negros, descendentes de migrantes nordestinos e favelizados.

Para obtenção do diploma de curso superior, estudantes e outros jovens profissionais em observação transpuseram o “enclave” sócio-espacial que lhes fora destinado. Por meio de um processo alternativo - viabilizado por um conjunto de ações educativas, interventivas e mobilizadoras, - resgataram o direito à formação educacional superior e definiram novas formas de apropriação do espaço da cidade.

A partir dos relatos dos próprios estudantes público alvo preferencial de nossa tese desvelamos uma realidade pouco valorizada pelo Estado e por determinados setores da mídia. Nossa idéia é mostrar que, embora ainda seja uma minoria, eles representam um grupo que esta crescendo e, a sua existência reforça que há outro caminho entre a educação/favela e mobilidade social ascendente que não seja o da criminalidade.

Apresentaremos o perfil sócio-político, sócio-econômico, cultural e educacional dos moradores de favela. Ilustraremos o resultado de nossos estudos com as experiências de alunos que passaram pela experiência do PVNC Jacarezinho e ingressaram na universidade. Daremos ênfase também à representação racial destes moradores, na expectativa de dimensionar e qualificar a dinâmica do preconceito e da exclusão social que ocorre tanto no espaço acadêmico como no mundo de trabalho.

Na proposta deste redesenho, estamos considerando a universidade enquanto uma instituição destinada a formar quadros chaves com vistas a colaborar com o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. É dentro desta justificativa que em vez de banalizar e/ou naturalizar o ingresso dos estudantes oriundos das camadas mais empobrecidas, optamos por registrar os aspectos deste fenômeno social e valorizar a luta empreendida por este grupo pelo acesso e permanência na universidade e no mercado de trabalho pelo viés da educação.